



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

228

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0299183-1- PESQUEIRA/PE**

**APELANTE: VRG LINHAS AÉREAS S/a**

**Advogado: Anderson Ribeiro Ferrari PE 018348**

**APELADO: CYNARA MILENA DE CARVALHO CORDEIRO**

**Advogado: Samuel Péricles de Saraiva Sampaio Filho PE 029004**

**RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO**

**DATA DO JULGAMENTO: 28 DE MAIO DE 2014**

EMENTA – EXTRAVIO DE BAGAGEM. PERDA DE VÔO. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. INDENIZAÇÃO CABÍVEL. RESTITUIÇÃO DOS GASTOS COM COMPRA DE NOVA PASSAGEM. REDUÇÃO DA REPARAÇÃO EXTRAPATRIMONIAL. JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DO EVENTO DANOSO. CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO MOMENTO DA FIXAÇÃO DO VALOR. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1 – Segundo a documentação acostada, a autora adquiriu passagens aéreas para o México, cujos bilhetes continham as devidas informações de escalas e horários, os quais não puderam ser cumpridos haja vista sua bagagem não ter chegado ao local, o que a levou a perder o vôo, obrigando-a a comprar novas passagens, a dormir no aeroporto de um país estrangeiro e a gastar com alimentação, tendo chegado ao destino somente às 9h do dia 14/01/2011, e não às 22h55 do dia 13/01/2011, como previsto, alterando seu cronograma de viagem e causando indiscutível inconveniente a quem estivesse a sua espera.

2 – Evidente a configuração tanto dos prejuízos patrimoniais quanto dos danos morais, porquanto o abalo sofrido pela recorrida ultrapassa em muito a esfera de uma simples contrariedade, cabendo, no entanto, a redução do *quantum* da indenização moral de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), que se mostra mais adequado ao caso, hábil a reparar o prejuízo e com suficiente carga punitivo-pedagógica a desestimular a reiteração da prática lesiva, sendo também nesse sentido a orientação da jurisprudência pátria em situações semelhantes.

3 – Ainda no tocante aos danos morais, os juros moratórios incidem a partir do evento danoso, quando se trata de responsabilidade extracontratual, nos termos da Súmula nº 54 do STJ, segundo a qual

AS



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

“Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual”.


4 –A correção monetária, por sua vez, é devida a partir do momento em que for arbitrado em definitivo o valor do dano, não importando a data de ajuizamento da ação ou a determinação de citação pelo judiciário, consoante a Súmula nº 362 do STJ, que dispõe que “A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento”.

5 – Recurso parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Apelação nº 0299183-1, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em dar provimento parcial ao apelo, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 30 de maio de 2014.

  
Alberto Nogueira Virgínio  
Desembargador Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

## SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0299183-1 – RECIFE/PE**

**APELANTE: VRG LINHAS AÉREAS S/A**

**Advogado: Anderson Ribeiro Ferrari PE018348**

**APELADA: CYNARA MILENA DE CARVALHO CORDEIRO**

**Advogado: Samuel Péricles de Saraiva Sampaio Filho PE 029004**

**RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO**

### RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação (fls. 161/173) interposto em face da sentença de fls. 156/159, lavrada nos autos de ação indenizatória por danos materiais e morais c/c restituição de quantia paga (nº 0071148-40.2011.8.17.0001), que tramitou no Juízo da 12ª Vara da Comarca de Recife.

Na exordial, a autora/apelada alegou ter comprado passagens aéreas para viajar, em 13/01/2011, ao México, cujos bilhetes continham as devidas indicações de escalas e horários, sendo que sua bagagem não chegou ao local, o que, além de alterar seu cronograma, levou-a a perder o voo, obrigando-a a comprar, em país estrangeiro, novas passagens e a dormir no aeroporto, tendo chegado ao destino somente às 9h do dia 14/01/2011, e não às 22h55 do dia 13/01/2011, como previsto. Requereu, por isto, a restituição da quantia paga e a condenação da ré em danos morais e materiais.

Através da sentença, o magistrado *a quo*, julgou procedentes os pedidos autorais, condenando a empresa ré a restituir os gastos da autora com a nova passagem que comprou no México, além de impor indenização extrapatrimonial de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), com juros de mora a partir da citação.

Irresignada, a empresa ré interpôs o presente apelo, em que defende a inexistência dos danos materiais ante a falta de prova, bem assim a ausência de prejuízo moral a justificar a indenização extrapatrimonial. Pugna pelo afastamento da condenação ou, acaso assim não se entenda, requer a redução do *quantum* indenizatório e que os juros moratórios e a correção monetária sobre os danos morais incidam a partir do julgamento da sentença, e não da data do ilícito.

Contrarrazões às fls. 205/210, pela manutenção da sentença.

É o relatório. À revisão.

Recife, 28 de maio de 2014.

  
Alberto Nogueira Virgínio  
Desembargador Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0299183-1 – RECIFE/PE**

**APELANTE: VRG LINHAS AÉREAS S/A**

**Advogado: Anderson Ribeiro Ferrari PE018348**

**APELADA: CYNARA MILENA DE CARVALHO CORDEIRO**

**Advogado: Samuel Péricles de Saraiva Sampaio Filho PE 029004**

**RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO**

**VOTO DO DES. RELATOR**

Consta nas razões recursais que “jamais poderia ser direcionado à Apelante o ônus indenizatório a título de danos patrimoniais, haja vista que não comprovaram ter, efetivamente, suportado qualquer prejuízo decorrente de suposta conduta irregular da lavra da Companhia Apelante” (fls. 171/172, com grifos no original).

No entanto, em momento algum a recorrente consegue demonstrar não ter agido ilicitamente, sobretudo no que se refere ao atraso na entrega das bagagens, o que obrigou a autora/recorrida a arcar com os gastos de um novo bilhete, consoante se vê claramente dos elementos probatórios trazidos a cotejo.

Com efeito, segundo as informações do documento de fls. 23/24, vê-se que a autora adquiriu passagens para o México com chegada prevista para às 22h55 do dia 13/01/2011, o que não ocorreu, motivo por que teve que pagar à companhia Aeromexico a quantia de US\$ 235,19 (duzentos e trinta e cinco dólares e dezenove centavos) para adquirir nova passagem aérea, no dia 14/01/2011 (consoante bilhete aéreo e fatura de cartão de crédito às fls. 26 e 27), o que, evidentemente seria desnecessário acaso a empresa recorrente não tivesse retardado a entrega das malas, dando causa a uma alteração imprevista no cronograma.

Demais disso, não se poderia desconsiderar todo o desgaste emocional imposto à recorrente, que, apesar de ter gasto mais de três mil reais de passagens (fl. 24), acabou por perder o voo por fato a que não deu causa, sendo obrigada a passar a noite no aeroporto de um país estrangeiro, gastar com alimentação, alterar seu cronograma de viagem e causar indiscutível inconveniente a quem estivesse a sua espera.

Evidente a configuração tanto dos prejuízos patrimoniais quanto dos danos morais, sendo completamente descabida a assertiva da recorrente de que “o caso em tela, pode, no máximo, se caracterizar como mero dissabor ou aborrecimento”, porquanto o abalo sofrido pela recorrida ultrapassa em muito a esfera de uma simples contrariedade.

No tocante ao *quantum* indenizatório, há que se observar a posição das partes para que o valor atribuído permita verdadeiramente a compensação dos prejuízos,



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

sem que importe em enriquecimento sem causa, e com suficiente carga punitivo-pedagógica de modo a desestimular a realização de novas práticas lesivas.

Nesse passo, cuido que o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) mostra-se inadequado o caso, ante sua indiscutível exorbitância, **sendo mister sua redução para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)**, valor que entendo mais consentâneo com as peculiaridades do caso, bem assim com os parâmetros definidos na jurisprudência pátria em casos semelhantes, consoante se verifica do recente julgado abaixo, *verbis*:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. EXTRAVIO DE BAGAGEM. DEVER DE INDENIZAR. REVISÃO DO VALOR.

1. "O extravio de bagagem por longo período traz, em si, a presunção da lesão moral causada ao passageiro, atraindo o dever de indenizar" (REsp 686.384/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, DJ de 30.5.2005). 2. Admite a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, excepcionalmente, em recurso especial, reexaminar o valor fixado a título de indenização por danos morais, quando ínfimo ou exagerado. Minoração da indenização por dano moral para adequá-la aos parâmetros da jurisprudência do STJ e aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 117.092/RJ, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, 4ª TURMA, julgado em 26/02/2013, DJe 07/03/2013).

Veja-se que, no caso do STJ, acima transcrito, a Relatora, Min. Maria Isabel Gallotti, ponderou que "Em casos análogos, de extravio de bagagem, o Superior Tribunal de Justiça tem julgado razoável, o arbitramento de indenização em patamar de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) [...], podendo variar, para mais ou para menos, a depender das circunstâncias do caso. Tendo isso em conta, **entendo razoável a fixação de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para cada agravado pelo dano moral sofrido**, uma vez que se trata de quantia que cumpre, com razoabilidade, a sua dupla finalidade, isto é, a de punir pelo ato ilícito cometido e, de outro lado, a de reparar a vítima pelo sofrimento moral experimentado".

Finalmente, veja-se que o juiz de piso fixou, quanto aos danos morais, "correção monetária incidente a partir do evento danoso (Súmula 43 do STJ), bem como incidência de juros de mora, a partir da citação, conforme Súmula 426 do STJ" (fl.159).

Não obstante, a Súmula nº 43 mencionada na sentença se refere à situação genérica de dívida por ato ilícito, ao passo que a Súmula nº 426 trata de casos específicos de DPVAT, que obviamente não se confundem com a hipótese *sub judice*.

Assim, no caso em pauta, **no tocante aos danos morais, os juros moratórios incidem a partir do evento danoso, quando se trata de responsabilidade**



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio


225  
1

**extracontratual**, nos termos da Súmula nº 54 do STJ<sup>1</sup>, sendo a **correção monetária devida a partir do momento em que for arbitrado em definitivo o valor do dano**, não importando a data de ajuizamento da ação ou a determinação de citação pelo judiciário, consoante a Súmula nº 362 do STJ<sup>2</sup>.

Diante disso, **DOU PROVIMENTO PARCIAL** ao apelo, para reduzir a indenização moral para o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando a incidência dos juros moratórios a partir do evento danoso, e da correção monetária a partir da presente data, segundo as Súmulas nºs 54 e 362 do STJ, mantendo quanto ao mais, a sentença vergastada.

É como voto.

Recife, 28 de maio de 2014.



Alberto Nogueira Virgínio  
Desembargador Relator

<sup>1</sup> STJ, Súmula nº 54. Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.

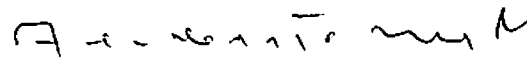
<sup>2</sup> STJ, Súmula nº 362. A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento.

AC. nº 2991831

Revisei.

Inclua-se em pauta.

Recife, 03 de dezembro de 2013.



**ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**  
Desembargador Revisor